



## PODER

# Após derrotas, Lula cobra articulação política

Governo amarga reveses com a derrubada de decretos sobre marco do saneamento e o adiamento da votação do PL das Fake News

» INGRID SOARES  
» TAÍSA MEDEIROS

Depois da derrota de quarta-feira, na Câmara, que derrubou trechos de dois decretos do governo para alterações no Marco Legal do Saneamento Básico, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou, ontem, um recado direto ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação com o Congresso.

“Espero que ele tenha a capacidade de organizar, de articular, que ele teve no conselho, dentro do Congresso Nacional. Aí vai facilitar muito a vida”, afirmou Lula, no lançamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a ser liderado por Padilha (**leia reportagem na página 7**).

Em uma “votação surpresa”, por 295 votos a favor e 136 contra, a Câmara aprovou o projeto que derrubou parte dos decretos de Lula. As regras editadas pelo presidente permitiam que empresas estatais prestassem serviços de saneamento sem licitação. Agora, a matéria segue para o Senado.

Na avaliação até de parlamentares governistas, é necessária uma mudança na articulação política, se o governo não quiser sofrer novos reveses. Ainda nesta semana, Lula também amargou derrota com a retirada de pauta da PL das Fake News. O argumento para o adiamento foi de que não havia votos suficientes para aprovar a matéria.

Na derrubada dos trechos sobre saneamento, deputados alegaram que as reuniões não trouxeram propostas concretas e reclamaram que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, não fez sugestões para negociações ou diálogo.

Um interlocutor da Casa Civil relatou, no entanto, que Costa conversou com parlamentares da Frente do Saneamento, na semana passada, assim como a equipe técnica do governo procurou deputado. Segundo a fonte, porém, os congressistas pareciam dispostos a impor essa derrota ao governo e passar um “recado”. “O ministro se colocou aberto ao diálogo. Parece

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula na sessão do Conselho: ele ficou na bronca com a derrota, na Câmara, sobre marco do saneamento



**Espero que ele (Padilha) tenha a capacidade de organizar, de articular, que ele teve no conselho, dentro do Congresso Nacional. Aí, vai facilitar muito a vida”**

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
presidente da República

que a Câmara quis mostrar força e atender anseio dos deputados opositoristas”, opinou.

### Mensagem

Parlamentares viram a inserção do PDL do saneamento na pauta como um recado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao governo. De forma reservada, uma deputada do PT comentou com o **Correio** que a mensagem que o parlamentar passou precisa ser escutada pelo Executivo. “Porque, primeiro, ele diz que o governo tem dificuldade de ter uma maioria parlamentar. Ele utilizou o dia de ontem (quarta-feira) para mostrar o seu próprio poder para o governo”, ressaltou. A

votação ocorreu um dia depois de Lira destacar, em reunião com Lula, a falta de celeridade na liberação de emendas e na indicação de cargos no segundo escalão do governo.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) concorda com a afirmação e acredita que tenha sido resultado da insatisfação dos parlamentares em relação às emendas que não foram liberadas e à falta de distribuição de cargos. “Não era necessário votar isso ontem (quarta). O governo está negociando aquele decreto, o Lira sabe disso, mas escolheu colocar. Acho que foi uma exigência da turma. Com certeza, teve pressão interna”, frisou.

Correia lembrou que, na apreciação da matéria pelo

Senado, há esperança de o Executivo reverter o resultado. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também se mostrou otimista. “Vamos debater com os líderes aqui, expor as razões do governo sobre esse decreto. Creio que a correlação de forças e as circunstâncias que levaram à decisão por parte da Câmara não serão as mesmas no Senado”, afirmou. “Teremos aqui o espaço suficiente e necessário para termos um diálogo mais pormenorizado, inclusive trazendo os ministros da área para expor aos senadores.” O primeiro a ser convidado será Jader Filho, do Ministério das Cidades. “O governo está à disposição para dialogar.

### Saiba mais

O relatório aprovado pela Câmara suspende artigos dos dois decretos editados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início de abril. Em relação a um deles, veta normas que possibilitam que empresas públicas estaduais de saneamento prestem serviços a microrregiões ou regiões metropolitanas em contrato sem licitação. Esse modelo, que o governo Lula tentou validar pelo decreto, é considerado pelo mercado uma afronta ao marco legal do saneamento, lei que obriga os municípios a abrir concorrência para contratarem um operador de água e esgoto.

Acreditamos que, com isso, será possível um posicionamento diferente do Senado”, concluiu.

Outra hipótese que circulou nos corredores da Casa foi de que a colocação do PDL em pauta seria uma retaliação ao governo. No fim do mês passado, o ministro da Justiça, Flávio Dino, barrou um nome para o TRF-1 que foi apoiado por Lira. O fato estremeceu a relação entre o Parlamento e o Executivo. “Ele botou essa matéria para a votação como uma retaliação a uma indicação que ele fez ao TRF-1 e que não prevaleceu. Tanto é que essa matéria não estava na pauta e foi incluída durante o dia”, disse um deputado da base ao **Correio**.

Mas não foi só o presidente da Câmara que mandou recados para o governo. Partido da base, o próprio PSB, ao qual está filiado o vice-presidente Geraldo Alckmin, teve 11 de seus 14 deputados a favor do requerimento de urgência. O MDB, de Jader Filho, deu 31 votos pela derrubada dos decretos, e apenas um voto contrário. “É um absurdo um partido da base votar a favor da privatização e contra as estatais. Isso foi algum tipo de recado, e o recado que deram ao governo com essa votação eles que podem dizer”, avaliou o deputado Glauber Braga (PSol-SP).

## Oposição pede pressa do Senado sobre projeto do saneamento

Do lado da oposição, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) defendeu a posição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de ter pautado a votação do projeto que derrubou trechos de decretos do governo para alterar o Marco Legal do Saneamento Básico.

Ao **Correio**, o parlamentar disse que Lira foi coerente com ambos os lados da polarização. “Ele nunca disse ‘vou pautar projeto da esquerda, ou da direita’. Quando a pauta é polêmica, joga para o plenário, e foi o que ele fez. Fui voto vencido, queria que ele tivesse mantido a votação para rejeitarmos o PL das Fake News naquele dia. Mas, no dia seguinte, ele já pautou o PDL do saneamento, que derrubamos. Então, está equilibrado”, avaliou.

O deputado Zé Trovão (PL-SC) discursou em plenário observando que “alguns deputados” retornavam às suas bases

“cabisbaixos, entristecidos, magoados”. “Nesta semana, a esquerda tomou um baile neste plenário”, frisou. “E não foi somente isso, porque o sr. Luiz Inácio Lula da Silva aprendeu de vez, com o peso da mão da direita nesta Casa, diante da derrota do marco do saneamento”, disse. “Ele simplesmente decidiu que isso não era importante e vetou. Esta Casa derrubou o veto. Esta Casa mostrou a ele que, aqui, não. Ele vai ter de respeitar o dinheiro público e vai fazer o que tem de ser feito para atender o cidadão menos favorecido.”

### Urgência

Em entrevista à CNN Brasil, o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), relatou ter conversado com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a análise do projeto. Segundo ele, o senador

Jefferson Rudy/Agência Senado



Marinho falou em erros diários de representantes do governo

se comprometeu a encaminhar a matéria à Comissão de Infraestrutura.

“Conversamos com Pacheco. Ele disse que vai enviar o PDL que foi aprovado na Câmara para

a comissão. Pedimos urgência na designação do relator e na apreciação pelo colegiado. Estimamos de duas a três semanas para votarmos no plenário”, emendou.

### Ação no Supremo

O senador Rogério Marinho foi ministro do Desenvolvimento Regional durante a tramitação do marco legal do saneamento. Ele também apresentou no Senado projeto para sustar as regras editadas por Lula, além de ter acionado o Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar os decretos.

Segundo ele, “há situações que agridem a questão da autonomia e a prerrogativa do Legislativo: o fato de que, o governo, através de um decreto, quer alterar uma lei”. “Isso, por si só, é

muito grave e está demonstrando um comportamento rotineiro. (O marco) é uma política exitosa que, por uma questão ideológica, está sendo modificada para atender interesses paroquiais. Lula, por ocasião do anúncio dos decretos, afirma que precisa dar mais um crédito de confiança a estatais que, durante 60 anos, não cumpriram a meta de universalização mínima de um marco civilizatório de levar água tratada e esgoto para a sociedade brasileira”, pontuou.

**Marinho** também destacou que “o governo não demandou o Parlamento”. “O único projeto que chegou foi o do arcabouço fiscal, que foi extremamente protelado e vai precisar de muitos ajustes. (...) Por enquanto, estamos falando a respeito dos erros e dos bate cabeças que estão acontecendo todos os dias entre os representantes do governo”, alfinetou. **(IS e TM)**